

ATA NÚMERO 92/XII (2.ª)

Aos vinte dias do mês de dezembro de 2012, pelas 18 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Apreciação e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Explorar plenamente o potencial da computação em nuvem na Europa. Este relatório tem associado um documento de trabalho da Comissão [SWD(2012) 271], em anexo - COM(2012) 529:

Deputado Relator: Jacinto Serrão (PS);

2 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda para audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre a privatização da RTP;

3 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Entidade Reguladora para a Comunicação Social e da Autoridade da Concorrência para esclarecimento do atual funcionamento e das alterações a que deverá estar sujeita a empresa *Jornal da Madeira*;

4 — Apreciação e votação de Atas;

5 — Outros assuntos.

Entrando no primeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, deu a palavra ao Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) para fazer a apresentação do seu relatório sobre a COM(2012) 529, que pode ser consultado em

<http://arexp1:7780/PLSQLPLC/Intwhom01.home?utilizador>.

O Senhor Deputado Jacinto Serrão referiu, em primeiro lugar, que esta iniciativa europeia exorta as entidades públicas e privadas dos Estados-membros a aderirem em pleno a esta nova tecnologia da computação em nuvem e que, até 2013, a Comissão Europeia vai lançar um conjunto de iniciativas de natureza política e legislativa para resolver uma série de problemas relacionados com esta temática.

Sublinhou, também, que a dimensão do impacto da entrada em funcionamento da computação em nuvem é comparável à do funcionamento da *World Wide Web* (www), na qual se disponibiliza informação em qualquer local e a qualquer pessoa, e que esta tecnologia vai fazer aumentar a competitividade e a produtividade da economia, reduzir substancialmente os custos, melhorar as condições de trabalho em termos de mobilidade e fazer aumentar a eficácia, gerando novas oportunidades de negócio e criando condições para a abertura a novos mercados.

Os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Ana Sofia Bettencourt (PSD) e Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) saudaram o conteúdo do relatório e a intervenção feita pelo Deputado Relator, que em muito enobreceu o debate desta matéria em Comissão.

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do grupo parlamentar do PCP.

Entrando no segundo ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) fez a apresentação do requerimento apresentado sobre a privatização da RTP, que pode ser consultado em

http://arnet/sites/XIILeg/COM/12CPECC/ArquivoComissao/Requerimentos/Requerimentos%20do%20BE/Requerimento%20do%20BE%20-%20MAAP_Privatização%20da%20RTP.PDF.

Salientou que o processo relativo ao modelo que o Governo pretende aplicar na privatização da RTP deve preocupar a todos, e daí ter toda a pertinência ouvir em Comissão o Senhor Ministro Miguel Relvas.

A propósito deste ponto o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) colocou ao Senhor Presidente a pergunta sobre a existência ou não de alguma decisão da Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares acerca da questão levantada na 1.ª Comissão a propósito de um

requerimento potestativo apresentado pelo PS, em 18 de dezembro, para ouvir em audição o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares acerca do futuro da RTP e do serviço público de rádio e televisão.

A 1.^a Comissão considerou-se incompetente para realizar a referida audição. No entanto, o grupo parlamentar do PS entendeu que, estando em causa direitos fundamentais, constitucionalmente protegidos, e opções de elevada sensibilidade constitucional em matéria de reestruturação da RTP, a mesma 1.^a Comissão deveria ser considerada competente acerca deste assunto. Por sua vez, os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP entenderam que o requerimento deveria ser novamente apresentado na comissão parlamentar competente em razão da matéria: a 12.^a Comissão.

A este propósito a Senhora Presidente da Assembleia da República já referiu que o serviço público de rádio e televisão constitui uma garantia institucional da liberdade de expressão, e que a 1.^a Comissão trata os direitos fundamentais imediatamente subjetivados, cabendo à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação ocupar-se das políticas relativas à comunicação social.

O Presidente da 1.^a Comissão informou que os Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP tinham entendido que a 1.^a Comissão não era a competente para a apreciação da matéria em análise, uma vez que o tema da comunicação social está expressamente cometido à 12.^a Comissão, pelo que a concretização do direito potestativo deveria ser exercido na sua sede própria: na Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação.

No caso em análise, o requerimento do Grupo Parlamentar do BE não é potestativo. Na Conferência de Presidentes, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias afirmou expressamente que considerava o assunto encerrado e que não o tencionava reenviar para a 12.^a Comissão.

Continuando a discussão do tema em análise, os Senhores Deputados Carla Rodrigues (PSD) e Raúl de Almeida (CDS-PP) observaram que o facto de a *Newshold* ter declarado oficialmente estar interessada na privatização da RTP não implicava que a Comissão tivesse que ouvir o Ministro Miguel Relvas para dar explicações. Como ainda nada está definido, sublinharam que este requerimento não tem nem sentido nem utilidade.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Os Senhores Deputados João Portugal (PS) e Bruno Dias (PCP) afirmaram que os seus Grupos Parlamentares iriam votar favoravelmente o requerimento apresentado, tendo todo o interesse para a Comissão ouvir o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares enquanto o processo estiver a decorrer e não quando o Governo já tiver tomado uma decisão.

Terminada a discussão, e submetido o mesmo requerimento a votação, foi rejeitado, com os votos contra dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP e votos a favor dos Grupos Parlamentares do PS, do PCP e do BE.

No tratamento do terceiro ponto da Ordem do Dia, usou da palavra o Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) para fazer a apresentação do requerimento do Grupo Parlamentar do PS, que pode ser consultado em

http://arnet/sites/XIILeg/COM/12CPECC/ArquivoComissao/Requerimentos/Requerimentos%20do%20PS/Requerimento%20do%20PS_ERC%20sobre%20o%20Jornal%20da%20Madeira_18.12.2012.PDF

Referiu, em primeiro lugar, que a abordagem da questão do *Jornal da Madeira* é recorrente na Comissão. Propôs a audição da Entidade Reguladora para a Comunicação Social e da Autoridade da Concorrência para esclarecimento do atual funcionamento e das alterações a que deverá estar sujeito este órgão de comunicação social, que representa um problema para todo o PSD, para o País e para a Assembleia da República, na medida em que as suas más práticas violam sistematicamente a Lei de Imprensa, a Lei da Concorrência e a Constituição da República Portuguesa.

Daí a necessidade de esclarecer o ponto da situação relativo ao incumprimento das deliberações emanadas pelas entidades reguladoras. Frisou que ainda recentemente, no dia 11 de dezembro, a ERC reiterou tudo o que foi deliberado anteriormente (2009 e 2010), chamando mais uma vez a atenção para a violação das regras da concorrência.

Os Senhores Deputados Raúl de Almeida (CDS-PP) e Carla Rodrigues (PSD) salientaram não poder ficar indiferentes a esta situação, que defendem a transparência e lisura de procedimentos em tudo o que se relaciona com estas matérias, sendo que viabilizarão este requerimento, mas sem o votar favoravelmente por não se reverem na carga política que o Grupo Parlamentar do PS faz pesar sobre esta questão.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado, com os votos a favor dos Grupos parlamentares do PS, PCP e BE e a abstenção dos Grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP.

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CpECC_20121220.mp3, razão pela qual se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezanove horas e cinco minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 20 de dezembro de 2012

O PRESIDENTE,

(José Mendes Bota)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Ana Sofia Bettencourt
Bruno Dias
Carla Rodrigues
Cecília Honório
Francisca Almeida
Jacinto Serrão
João Portugal
Luís Pita Ameixa
Mendes Bota
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Duarte Marques
João Lobo
Margarida Neto
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo
Inês de Medeiros
Lídia Bulcão
Maria da Conceição Caldeira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Manuel Seabra
Sérgio Azevedo

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 19/03/2013.